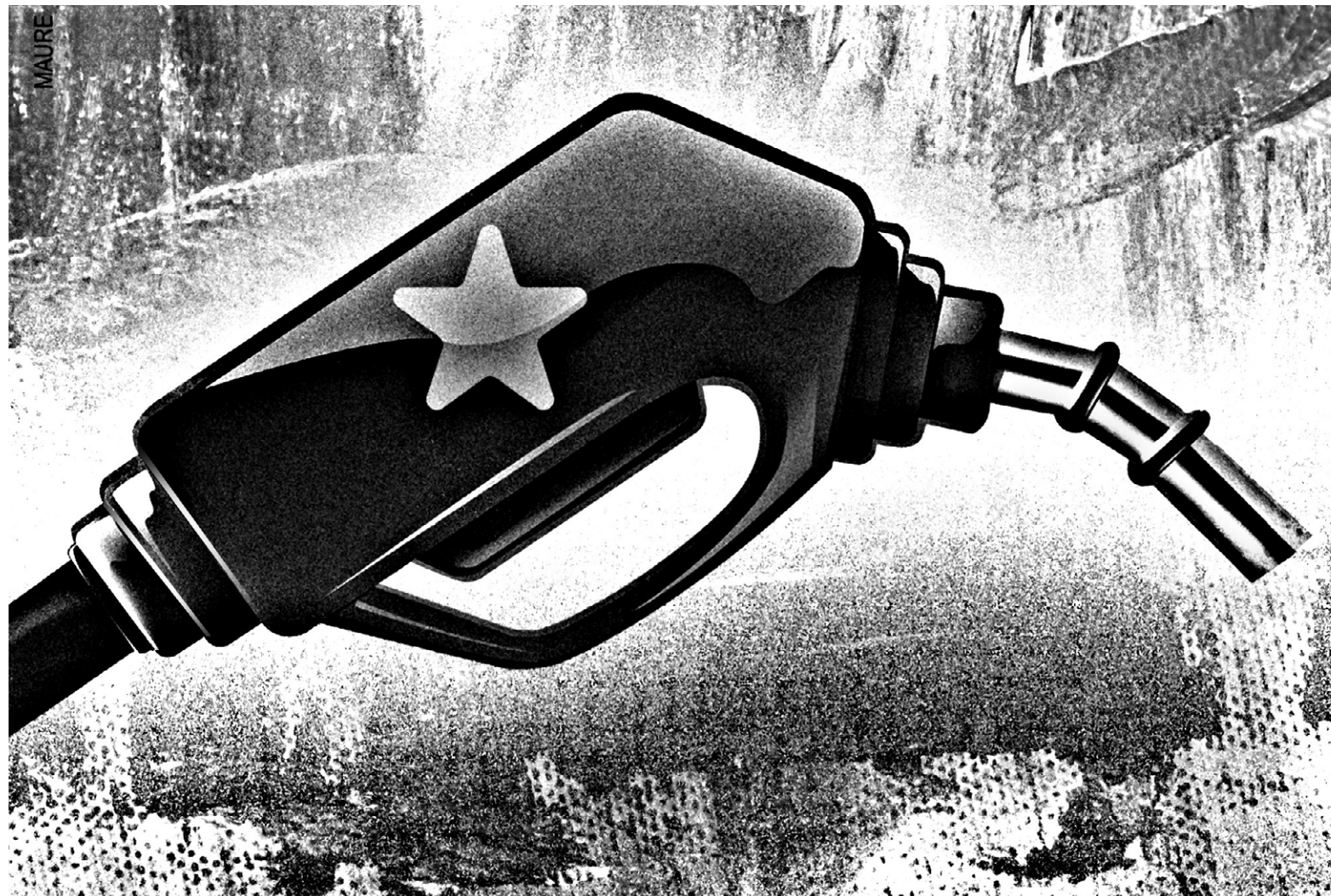


# Sucesso e fracasso



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

A Petrobras, empresa brasileira de petróleo, impressiona pelo seu tamanho, imenso valor (mais de US\$250 bilhões), importância na economia brasileira e enorme capacidade de ser vítima da ação dos políticos. Seu sucesso é seu fracasso. No governo Lula 2, foi descoberto o fabuloso pré-sal que vai da costa do Espírito Santo até a de São Paulo com cerca de 15 bilhões de barris de petróleo. A descoberta permitiu que o Brasil assumisse a posição de importante exportador de petróleo. As necessidades do mercado interno foram atendidas, mas com o preço internacional.

No governo Dilma, a Petrobras foi para o centro do debate político por motivo inglório. Foi descoberto o rentável esquema de corrupção na petroleira. Diretores admitiram receber fortunas para beneficiar empresas que redistribuíam parte dos lucros para o Partido dos Trabalhadores. Em 2006, a Petrobras pagou 360 milhões de dólares por 50% da refinaria de Pasadena, no Texas. Em 2008, a petroleira brasileira e a empresa belga de petróleo se desentenderam e uma decisão judicial obrigou a Petrobras a comprar a parte de sua sócia. A aquisição da refinaria de Pasadena acabou custando 1,18 bilhão de dólares à Petrobras, mais de 27 vezes o que a Astra teve de desembolsar. Foi o começo da história cabulosa.

A Operação Lava-Jato da Polícia Federal, a partir de março de 2014, apurou um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de R\$ 10 bilhões montante que, atualizado, alcança mais de R\$ 20 bilhões. Até abril de 2014, a operação envolveu 46 pessoas

indiciadas pelos crimes de formação de organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro nacional, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e 30 foram presas, entre elas o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Pedro Barusco disse que o esquema de pagamento de propinas na Petrobras começou em 1997.

Em 14 de novembro de 2014, foram presos os presidentes e diretores de grandes empresas do Brasil, como OAS, Iesa Óleo e Gás, Camargo Corrêa, UTC Engenharia e Construtora Queiroz Galvão. A força-tarefa da Lava-Jato identificou R\$ 10 bilhões em propinas, recuperou R\$ 870 milhões, bloqueou outros R\$ 2,4 bilhões e prendeu 105 envolvidos no escândalo. Em novembro de 2015, a PF estimou que o prejuízo da Petrobras com corrupção chega a R\$ 42 bilhões, mas somente R\$ 6 bilhões foram divulgados oficialmente pela empresa. A estimativa tem como base laudo da perícia criminal baseado em tabelas que mostram os pagamentos indevidos envolvendo 27 empresas apontadas como integrantes do cartel na Petrobras.

O governo Temer, que sucedeu o de Dilma Rousseff, tratou a empresa como ente privado. Saneou as dívidas, proporcionou ótimos dividendos para os acionistas. A mesma fórmula foi repetida no governo Bolsonaro. Agora, o presidente Lula demonstra sua inclinação a repetir as políticas de seus dois primeiros governos e o de sua sucessora o Planalto. A Petrobras está segurando o preço dos combustíveis para aliviar a inflação e, ao mesmo tempo, favorecer seus candidatos na eleição de novembro. Ele entende que o lucro da empresa deve ser investido em

projetos sociais que gerem empregos. O mais conhecido deles é o sonho da indústria naval, que foi tentado várias vezes e virou pesadelo na forma de prejuízos monumentais.

O presidente Lula tem exibido sua face analógica e a dificuldade em se situar no novo cenário globalizado e informatizado. Os novos negócios e os recentes caminhos do comércio internacional modificaram as referências no mundo moderno. Mas os dirigentes do PT ainda não perceberam. O chefe do governo custou a entender que ele precisaria definir uma pessoa para atuar em nome do governo federal no Rio Grande do Sul. Demorou muito. Escolheu o ministro Paulo Pimenta, que se tornou um evidente candidato ao governo daquele estado. Fez o anúncio em comício na cidade de São Leopoldo. O assembleísmo do PT ditou o rumo dos acontecimentos. Politizou o problema.

A substituição de Jean Paul Prates na presidência da Petrobras está dentro da moldura da política petista, que pretende botar a mão nos lucros da empresa. Magda Chambriard, que dirigiu a Agência Nacional do Petróleo durante o governo Dilma, foi funcionária da Petrobras por mais de 20 anos. Conhece bem o assunto e sabe das intenções do presidente Lula. Os presidentes da Petrobras não costumam ficar muito tempo no cargo. Eles estão sempre no meio de interesses multimilionários e da vontade política do partido que está no poder. A substituição na presidência da Petrobras é apenas mais um capítulo na luta entre acionistas privados e o governo federal. O perigo é que os dois terminem perdendo dinheiro e o cidadão brasileiro pague o prejuízo ao final.

## Dia Nacional das Abelhas: dia de conectar-nos à teia da vida

» ANTONIO AGUIAR  
Professor do Departamento de Zoologia  
da UnB/Rede Biota Cerrado

A promoção do Dia Nacional das Abelhas, 20 de maio, representa a necessidade de reconhecimento da conservação das abelhas e da sua importância fundamental não somente no equilíbrio dos ecossistemas, mas também na produção de alimentos para a humanidade. As abelhas são responsáveis pela reprodução de ao menos 70% de todas as plantas com flores e podem aumentar a produção de várias plantas de importância econômica, como café, soja e girassol.

Atualmente, as abelhas são organismos superpopulares nos livros infantis e ilustram objetos como pijamas e cadernos escolares. O urso panda, também muito divulgado, virou a página da história da conservação por seu carisma e pelo esforço dos gestores mundiais na preservação do habitat natural dos ursos. A maioria das 17 espécies de baleias, outro animal com diversas campanhas de proteção, está mais tranquila e em população crescente nos oceanos, apesar de terem que conviver com enormes quantidades de plástico nos oceanos.

Daí você pode perguntar: “E as abelhas, como elas estão?”. Minha resposta rapidamente será: “De qual abelha você está falando? São cerca de 30 mil espécies no mundo, milhares no Brasil e centenas no Cerrado. Algumas estão muito mal, à beira da extinção, e outras, muito bem”.

Mesmo em áreas pequenas, podemos encontrar espécies de abelhas nativas no Cerrado com distribuição super-restrita e outras abelhas endêmicas a pequenas chapadas ou vales. Definir a condição da saúde da população de uma espécie de abelha está muito ligada ao ambiente em que ela vive.

No bioma do Cerrado, temos muitas espécies únicas e de distribuição restrita que estão suscetíveis à extinção. Com o avanço dos estudos e maior conhecimento taxonômico, vamos reconhecendo que várias espécies antes tratadas como uma só representam, na realidade, espécies distintas e que, muitas vezes, estão ameaçadas de extinção. No Vale do Paraná, entre Goiás e Tocantins, há uma espécie com distribuição super-restrita a ambientes de rochas de calcário e com uma planta especializada. Essa abelha — *Centris thelyopsis* — habita uma região com alto interesse pela mineração e alta ambiental. Sem nenhuma área de conservação, é um sinal claro de que essa espécie está na iminência de desaparecer. Na Área de Proteção Ambiental (APA) Cabeça de Veado, em Brasília, há ao menos duas espécies descritas com distribuição restrita a essa área e que estão cada vez mais isoladas pela crescente urbanização do Distrito Federal.

Com certeza, há muitas espécies que estão sendo extintas pela supressão da vegetação em suas áreas de vida e nem chegamos a conhecê-las. Exemplo disso é a região das florestas semidecíduas, famosas por suas perobas-rosas no estado de São Paulo e no norte do Paraná, que, rapidamente, foram completamente suprimidas no século passado, sem que tenha havido tempo de se conhecer a biodiversidade dessas florestas. Há registro histórico da urucu-boi, *Melipona fuliginosa*, para essa região das matas de peroba de São Paulo, uma das abelhas mais fantásticas do Brasil, que foi, provavelmente, extinta desses estados juntamente com outras.

Outro caso alarmante é o da *Melipona scutellaris*, popularmente conhecida como urucu-do-nordeste, abelha ícone presente na música *Morena Tropicana*, de Alceu Valença, “saliva doce, doce mel, mel de urucu”. Essa espécie praticamente está extinta das áreas de Mata Atlântica, pois seu habitat foi dizimado pela expansão da cana-de-açúcar. Outras espécies, mesmo de abelhas passíveis de criação racional, passam por um processo delicado, pois não há um conhecimento aprofundado sobre a saúde das populações, que, por vezes, passam por hibridização entre populações, processo que pode levar à perda de variabilidade genética e a maior vulnerabilidade à extinção. A extinção das florestas exuberantes do norte do Paraná e de São Paulo, tanto quanto do Nordeste, é um exemplo evidente do que aconteceu e pode vir a acontecer no Cerrado e na Amazônia, levando à extinção das espécies ali existentes.

Em menor e maior escala, esse processo de supressão das áreas naturais e das espécies de abelhas presentes continua ocorrendo. Um patrimônio natural e econômico vai sendo perdido para sempre. A moratória do desmatamento do Cerrado em determinadas regiões de elevado endemismo e expansão agrícola, como os cerrados rupestres do DF e as chapadas do assim chamado Matopiba (áreas na confluência Mato Grosso/Piauí/Piauí/Bahia), e a definição de novas unidades de conservação são urgentes para garantir a sobrevivência das abelhas em seu ambiente natural.

Vemos que existem enormes lacunas e deficiências de conhecimento sobre a biodiversidade de abelhas. Na Universidade de Brasília (UnB), no Laboratório de Abelhas, projetos focam especialmente na análise da distribuição das espécies, suas alterações no passado e presente e no reconhecimento de possíveis novas espécies. Existem vários coletivos e grupos de estudo e pesquisa com abelhas especialmente em Brasília. Na UnB, Embrapa, no ICMBio, na SEED, nas associações de criadores (Amed-DF), na Emater e no Ibram, as abelhas são tema de pesquisa, conservação e educação. São vários grupos integrados com um objetivo maior de conhecer e conservar esses importantes organismos.

Há muito trabalho pela frente para garantir a sobrevivência desses organismos que são fundamentais no equilíbrio delicado entre a natureza e o ser humano. Que neste Dia Nacional das Abelhas promovamos a percepção pública de que, sim, conservar os habitats desses animais é uma forma de conectar-nos à natureza, à biodiversidade e, portanto, à teia da vida.

## Política, ciência e bioética

» EDUARDO F. MOTTI  
Médico infectologista e sócio gestor da Trials & Training

A relação entre política, ciência e bioética é verdadeiramente multifacetada e tem sido explorada sob diversas perspectivas. Por exemplo, foi identificada o fenômeno da coautoria política em periódicos de ciência médica, e estratégias para combater isso foram propostas.

Além disso, o impacto da política na saúde e na pesquisa médica tem sido objeto de interesse, com pesquisas explorando os efeitos da democracia na saúde e as implicações da epidemiologia política no bem-estar público. A pandemia de covid-19 enfatizou ainda mais a interseção entre política e ciência médica, com discussões sobre a politização e supressão da ciência no contexto das intervenções em saúde pública. Ademais, foi examinada a influência da liderança política na comunicação, enfatizando o papel de liderança inclusiva na moldagem das respostas de saúde.

A interligação entre política e ciência médica também foi observada no contexto da integridade científica, com discussões sobre o impacto da interferência política na transparência da divulgação científica e na expressão de fatos honestos. Um aspecto particular diz

respeito à bioética e política. Nos últimos 10 anos, houve numerosos embates a propósito de um projeto de lei para regular a atividade de pesquisa clínica no Brasil, finalmente aprovado no Congresso Nacional (PL 6007/2023).

Essa atividade engloba os estudos feitos para desenvolver novos tratamentos e comprovar que podem receber registro sanitário para uso em larga escala. Esses estudos são feitos no mundo todo, e o Brasil, embora tenha grande potencial de contribuição, tem participação discreta e até declinante em razão de sua regulamentação complexa e, até certo ponto, única nos países civilizados.

É essa situação que o PL 6007/2023 tem o objetivo de consertar. Mas ele esbarrou numa estrutura política poderosa, montada dentro do Conselho Nacional de Saúde. Esse órgão, criado para supervisionar o SUS e sem ligação de origem com a ética ou com a pesquisa, regula hoje quais pesquisas podem ou não serem feitas no Brasil, quais novos tratamentos os brasileiros podem ter acesso ou não. O Conselho Nacional de Saúde, por meio da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), sempre foi contra a proposição de uma

lei, desde a primeira proposta feita pela senadora Ana Amélia Lemos em 2014, afirmando ser desnecessária.

O projeto de lei, por sua vez, é um pleito antigo das entidades ligadas à pesquisa e, apesar de uma campanha intensa da Conep, o PL venceu em todas as comissões pelas quais passou, foi emendado, modificado e, finalmente, aprovado por grande maioria na Câmara (305 votos de todos os partidos) e unanimemente no Senado Federal. É uma vitória dos pacientes com doenças graves que precisam ter acesso aos avanços da medicina e uma vitória da ciência médica brasileira que venceu aqueles que se afeiram ao poder e, para isso, apregoam serem os únicos defensores da nossa população.

Em conclusão, a dualidade entre política e ciência médica engloba uma ampla gama de tópicos, incluindo autoria, intervenções em saúde pública, integridade científica, legislação em saúde e, agora, bioética na pesquisa. A relação intrincada entre política e ciência médica e as amplas implicações dessa dualidade na prestação de cuidados de saúde e pesquisa precisam ser geridas sem fanatismos e paixões.